



CARTA POLÍTICA DO II ENCONTRO DE MULHERES DO FOLIA

Nós, mulheres do Fórum de Lideranças do Agreste – FOLIA, reunidas no II Encontro de Mulheres do FOLIA, neste mês de março de luta das mulheres, reconhecemos que o acesso a água no nosso território e no Semiárido brasileiro avançou muito nas últimas décadas, a ponto do Brasil ser reconhecido hoje, como a maior referência mundial no abastecimento de populações rurais a partir da captação e manejo de água de chuva para beber e produzir alimentos.

Temos as cisternas de água de beber de 16 mil litros - Cisternas que já transformaram a realidade de mais de 1,2 milhão de famílias no semiárido, associada ao Direito Humano à Água.

Temos as cisternas de segunda água para produção de alimentos animal e vegetal, associada a segurança alimentar e nutricional e bastante visibilizada porque está mais fortemente associada ao trabalho produtivo.

Entretanto há uma demanda invisibilizada que é o acesso à água para o trabalho de cuidados e doméstico. O trabalho de cuidados, doméstico e de reprodução da vida, ainda é injustamente dividido entre homens e mulheres e também permanece não reconhecido pelos homens, governos e pela sociedade em geral, sendo invisibilizado na formulação de políticas públicas.

Por isso, infelizmente ainda cabe às mulheres e meninas o cuidado com higiene pessoal, limpeza da casa, lavagem de roupa, louça, água para descarga do sanitário, banho de toda família, incluindo as crianças, pessoas idosas e com deficiência.



Essa demanda invisibilizada interessa aos homens, pois ao não visibilizar esse trabalho, ele não existe e não precisa ser dividido. Interessa também ao estado, que deixa de executar políticas públicas como creches, lavanderias, restaurantes populares e centros de atendimentos à pessoas idosas e com deficiência, entre outras.

Posto isso, nós mulheres rurais, exigimos políticas públicas de acesso à água para o trabalho de cuidados, doméstico e de reprodução da vida. O Direito Humano à Água pressupõe o acesso à água de forma contínua para atender as necessidades da pessoa humana, sendo um direito, é dever do Estado assegurá-lo. Para a população do campo, a água de beber, de produção e a água do trabalho de cuidados é essencial à reprodução da vida. A invisibilidade dessa demanda reflete o machismo estrutural e o racismo ambiental em nossa sociedade, portanto não deve perdurar.

SEM A ÁGUA DO TRABALHO DE CUIDADO E REPRODUÇÃO DA VIDA:

Não há agroecologia!

Convivência com o semiárido!

Direito Humano a Água!

Direito Humano ao Saneamento!

Enfrentamento ao Patriarcado Estrutural!

Enfrentamento ao Racismo Ambiental!

SE TEM VIOLAÇÃO DE DIREITOS NÃO HÁ AGROECOLOGIA E NEM CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO!

Campina Grande, 07 de março de 2025

